



REFLETINDO A DIMENSÃO POLÍTICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Caroline Ramos¹
Quesia Vicente²
Sarah Valente³
Lucinete Gadelha⁴
Lizandra Martins⁵

RESUMO: Este artigo traz algumas reflexões sobre o desenvolvimento curricular da Educação Ambiental em uma perspectiva política, analisando os objetivos desse tema transversal previstos na Carta de Belgrado, nos documentos produzidos pela Conferência de Tibilisi, na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Meio Ambiente, procurando detectar as ideologias políticas presentes no desenvolvimento da prática do currículo efetivo e do currículo oculto que é desenvolvido nas escolas. A metodologia utilizada para a construção desse artigo foi a pesquisa bibliográfica, onde constatamos a necessidade de um comprometimento efetivo entre os setores políticos, educacionais e sociais a favor de um trabalho que objetive a transformação do comportamento humano através da educação, condizente com a realidade da Educação Ambiental da atualidade levando em conta as dificuldades encontradas na construção desse processo.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Política. Currículo e Escola.

Introdução

A perspectiva política referente à maneira com que o homem se relaciona com o ambiente natural e social no qual está inserido é reflexo da educação que recebe, essa educação não corresponde apenas àquela que provém do meio institucional escolar, mas está presente em todas as relações humanas pois “os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”, (FREIRE. 1987, p. 69). O Currículo é uma construção histórica que norteia os discursos e resultados das intenções de quem o formula, de acordo com a cultura e sociedade, buscando sempre pontos de vista ideológicos e políticos. Dessa forma, entende-se que:

Toda política curricular é, assim, uma política de constituição do conhecimento escolar: um conhecimento constituído simultaneamente para a escola (em ações externas à escola) e pela escola (em suas práticas institucionais cotidianas). Ao mesmo tempo, toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto

¹Acadêmica de pedagogia na Universidade do Estado do Amazonas UEA. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: carolineramos47@gmail.com

²Acadêmica de pedagogia na Universidade do Estado do Amazonas UEA. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: quesiavicente@outlook.com

³Acadêmica de pedagogia na Universidade do Estado do Amazonas UEA. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: sarahjmvalente@hotmail.com

⁴Doutora em Educação, professora da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: lucinetegadelha@gmail.com

⁵Mestra em Educação, professora da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: leezandra@hotmail.com

de uma seleção da cultura, de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo. (LOPES. 2004, p.111).

A Educação Ambiental diz respeito à prática social produzida pelo currículo e pela ideologia política que está presente também no ambiente escolar e é fruto de concepções sociais pré-determinadas por convenções sociais, “[...] o currículo reflete a realidade da sociedade e conseqüentemente, a escola absorve essa realidade e as normas do sistema de ensino a que pertence”. (CARVALHO, 2012) Assim, escola não pode ser tratada como uma instituição desarticulada da sociedade pois tem um papel importante no que diz respeito ao meio ambiente, conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

[...] a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ele pretende que seus alunos aprendam, para que possa, de fato, contribuir para a formação da identidade com cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele” (PCN's do MEIO AMBIENTE. 2000, p. 187).

Essa responsabilidade educativa está presente também na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 que prevê, no art. 26, parágrafo 7º, o seguinte: “Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e da defesa civil e a educação Ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios”. (LDB. 1996, p. 9)

A construção desse artigo se deu mediante a necessidade de identificarmos, de acordo com as dimensões políticas, os teóricos: Paulo Freire que através dos livros *Pedagogia do Oprimido* (1987), *A Pedagogia da Autonomia* (1996) e *Educação e Mudança* (1987) contribuindo nos ajudou a compreender das relações de poder entre a classe opressora e a classe oprimida, a importância da educação como ferramenta para as mudanças sociais necessárias e do professor como mediatizador da emancipação do homem, auxiliando a construção do conhecimento dos estudantes enquanto seres político, cidadãos conscientes, capazes de refletir que suas ações isoladas produzem reflexos que atingem o grupo social do qual é integrante, para agir de maneira transformadora.

As contribuições de Demerval Saviani; a partir da leitura do livro: *Da Nova LDB Ao Plano Nacional De Educação: Por Uma Política Educacional* (2002), nos proporcionou um melhor entendimento das Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e do Plano Educacional de Ensino – PNE, esclarecendo as políticas e a realidade educacional, destacando a necessidade de um comprometimento da sociedade e da comunidade perante à escola, gerando melhores resultados de aprendizado e possibilitando o entendimento da importância da Educação Ambiental nas escolas.

Nos aspectos curriculares, Ana Saul nos apresenta o livro *Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e a prática de Avaliação e reformulação de currículo* (2001) que mostra o pensamento que perdurou por um longo tempo na educação e na trajetória da avaliação da aprendizagem tornava a avaliação uma ferramenta de controle do planejamento e do currículo, pois foi observado que a mesma direcionava as mudanças que aconteceriam no currículo e no planejamento escolar. Mas em uma proposta onde conscientização a respeito da realidade escolar como um todo, o

diálogo passa a fazer parte do processo educativo, mudando assim a forma da avaliação que ao invés de ser utilizada como prova em momentos pontuais passa a ser contínua valorizando também o processo de construção do conhecimento, trabalhando a realidade do sujeito em diferentes ângulos, Assim a avaliação pode ser utilizada como instrumento que detecta as reais dificuldades do aluno e não mais segregador, precificador do conhecimento.

Os aspectos Ambientais: Mauro Guimarães com o livro *A Dimensão Ambiental da Educação*(2013) nos acrescentou o conhecimento histórico da Educação Ambiental e sua trajetória até os dias atuais. A essas obras que primeiramente foram fichadas por nós, acadêmicos de pedagogia, também acrescentamos a leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Meio Ambiente, a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de leituras realizadas durante o percurso da vida acadêmica. Com o objetivo de responder ao seguinte questionamento: Como está sendo trabalhada a dimensão política na Educação Ambiental no desenvolvimento curricular? Para responder a esse questionamento tivemos como objetivo compreender a dimensão política na Educação Ambiental no Desenvolvimento Curricular.

Sendo assim, a construção desse trabalho foi desenvolvida através da Pesquisa Bibliográfica que consiste em uma “[...] atividade de localização e consulta de fontes diversas de *informação escrita* orientada pelo objetivo explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um tema” (LIMA, 2008, p. 48).

1 Concepções teóricas sobre a educação ambiental

A sociedade moderna é fruto de uma intensa busca por comodidade, desde os tempos mais remotos da vida humana na terra, foi a capacidade do homem de transformar o meio ambiente que o diferenciou dos demais animais, essa mesma capacidade trouxe-nos a realidade de hoje, que consiste em diversos problemas que vão permeiam o universo da sustentabilidade como a capacidade “suprir as necessidades presentes sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CABRERA, 2009) e da ecologia, que consiste na “ciência que estuda as condições de existência dos seres vivos e as interações, de qualquer natureza, existentes entre esses seres vivos e seu meio”. (CASSINI, 2005).

Tanto a sustentabilidade e quanto a ecologia, são palavras que assumem características ambientais e embora participem do mesmo contexto, possuem significados diferentes, a Educação ambiental se caracteriza por ser um processo de aprendizagem permanente que precisa desenvolver conhecimento, habilidades e motivações para adquirir valores e atitudes necessárias para lidar com questões e problemas ambientais procurando por soluções sustentáveis. Dias apud Tannous e Garcia (2008)Essa educação a que se refere Dias, está relacionada a uma “[...] educação como intervenção [...] que aspira as mudanças radicais na sociedade”. (FREIRE, 1996, p.106)

Como um campo de conhecimento em construção desenvolvido na prática diária e previsto na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 art. 26, parágrafo 7º “Os currículos do ensino fundamental e médio deve incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios” a educação ambiental precisa perpassar o processo educacional e

trabalhar de forma interdisciplinar. “[...] no planejamento da EA, deve-se considerar que os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento serão o ponto de partida para proceder-se a reelaboração com vistas à produção de novos conhecimentos [...]” (GUIMARÃES, 2013, p. 40).

A escola representa uma instituição social que possui como uma de suas responsabilidades o desenvolvimento de atividades que possibilitem a construção do conhecimento do estudante mediante pesquisas e discussões que valorizem o diálogo, fazendo com que a “prática pedagógica humanizadora, em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor [...] estabelece uma relação dialógica permanente” (FREIRE, 1987, p.55-56) tornando o conhecimento e a reflexão uma construção autônoma dos estudantes, na perspectiva buscar desenvolver os seis objetivos da educação ambiental apresentados na Conferência de Belgrado que são:

Tomada de consciência. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas.

Conhecimentos. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica.

Atitudes. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulsiona a participar ativamente na sua proteção e melhoria.

Aptidões. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais.

Capacidade de avaliação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos.

Participação. Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas. (CARTA DE BELGRADO. 1975)

As proposições que constam acima foram, mais tarde ampliadas na Conferência de Tbilisi, e constam como Objetivos Gerais para o Ensino Fundamental nos PCN's do Meio Ambiente:

[...] para que os alunos, ao final do ensino fundamental, sejam capazes de:

- Identificar-se como parte integrante da natureza e sentir-se afetivamente ligados a ela, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente;
- Perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural;
- Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades

de atuar de modo propositivo, para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;

- Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
- Compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas, tanto local, quanto globalmente;
- Conhecer e compreender, de modo integrado, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geógrafo) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio (PCN'S DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 197-198).

Desse modo a escola poderá empreender uma Educação Ambiental que compreenda que “[...] não bastam apenas atitudes ‘corretas’ – como, por exemplo, separar o lixo seletivamente para ser reciclado – se não forem alterados também os valores consumistas, responsáveis por um volume crescente de lixo nas sociedades modernas” (GUIMARÃES, 2013, p. 14). Tendo a compreensão de que o a EA não se resume a descarte de lixo, mas a atitudes políticas conscientes. Para isso, é necessário que o currículo efetivo se torne uma prática constante de diálogo e de construção de aprendizado entre educador e educando.

Diante da realidade Política Educacional é possível constatar que é necessário um comprometimento sociedade e da comunidade aliada à escola em relação à educação, o Plano Nacional da Educação “propõe que se estimule a participação da comunidade na manutenção física e na melhora do funcionamento das escolas” (SAVIANI, 2002, p. 82). Partindo desse pressuposto para o desenvolvimento do aprendizado e a construção transformadora de currículos educacionais, o entrelaçamento entre a comunidade e a escola fortifica o entendimento da Educação Ambiental.

A pluralidade de identidades educacionais envolve um processo criativo e transversal conforme as vivências dos alunos, que devem funcionar como leques de oportunidades para propor uma formação de valores e criticidade diante realidade do mundo, pois como diz os PCNS de Educação Ambiental (2000, p.187) “não se pode esquecer que a escola não é o único agente educativo”, ou seja, existem outros padrões de comportamentos e informações que influenciam as atitudes e conhecimentos dos educandos.

A escola não deve ser o mentor principal para mudança de comportamento. É necessário organizar um perfil de conhecimento para interligar o ser, a comunidade, a sociedade, o conhecimento científico e o saber escolar, trazendo uma ideia de que função e formas de relações sociais são questões que precisam ser pensadas e vistas como parte da educação escolar, uma construção compartilhada de conhecimentos, partindo da realidade dos sujeitos envolvidos na busca de intervenções que influenciem a qualidades de suas vidas sem, no entanto, prejudicar as gerações futuras, ao contrário, contribua de maneira positiva através de transformações que perpetuem uma relação harmoniosa do homem e o meio.

2 Uma leitura sobre as discussões curriculares da educação ambiental em uma abordagem política

Ainda que tenhamos abordado no tópico anterior as teorias que se apresentam na educação ambiental, seus conceitos e as construções políticas, temos nesse tópico, a intenção de mostrar até que ponto as teorias que permeiam o currículo da mesma possuem uma abordagem política, no sentido de conscientizar e assim, tornar livre a ação humana pois “[...] se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados” (FREIRE, 1987, p.67). Dessa forma o trabalho pedagógico a ser desenvolvido na sala de aula tendo a EA como tema transversal precisa estar voltado para a conscientização do ser humano enquanto parte integrante do seu ambiente, sua comunidade, sociedade e mundo.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental do ano (1998, p. 6) existem três conceitos sobre o currículo, “currículo formal (planos e propostas pedagógicas), o currículo em ação (aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas), e currículo oculto (o não dito, aquilo que tanto alunos, quanto professores trazem, carregado de sentidos próprios criando as formas de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula)”. Não podemos negar que os três currículos coexistem na sociedade, porém são norteados de acordo com as filosofias que resultam da intencionalidade daqueles que produzem, a ideologia presente nos currículos são reflexo dos diversos tempos e diferentes lugares.

O sistema capitalista em que vivemos, segrega a elite no topo da pirâmide social, segrega por consequência a grande massa popular na base desta, os primeiros possuem o objetivo de manter-se no topo, por isso buscam a escola como aliada, porque:

[...] a dominação de uma classe sobre a outra se deve à *ideologia*. Por meio da ideologia, a exploração é massacrada e os valores da burguesia passam a ser considerados ‘universais’ [...] podendo ser assimilado pelo proletário, o que dificulta o desenvolvimento do pensar próprio e autônomo (ARANHA, 2002, p.190).

Um dos aparelhos utilizados pela burguesia para manter os segundos sob controle, é o Estado, que por sua vez é composto por dois tipos de aparelhos: o aparelho repressivo e o ideológico, a escola constitui-se um dos aparelhos ideológicos, utilizada para manter o proletariado sob controle. Aranha (2002) dessa forma, é possível compreender que o currículo presente nas atividades escolares seja o currículo oculto baseado nas concepções da ideologia da classe dominante. Ainda assim, “a escola pode assumir a função prática de um espaço contra a ideologia dominante” (COSTA).

É preciso que a escola possa contribuir com a formação da identidade crítica do estudante para que ele exerça politicamente seu direito enquanto cidadão integrante da sociedade, que busque tomar atitudes conscientes para a melhoria da vida em comunidade, visando não apenas as necessidades que provêm do presente como também as necessidades das gerações futuras. Desenvolvendo atitudes que contribuam para o bem comum. [...] o processo de conscientização é a mola mestra de uma pedagogia emancipatória em que os membros de uma organização são tratados como seres auto-determinados, isto é, sujeitos capazes de, criticamente, desenvolverem suas próprias ações (SAUL, 2001, p. 55).

Durante décadas o Brasil foi influenciado pelas propostas educacionais norte americanas que tinham como base o pensamento positivista. Essa abordagem quantitativa da educação controlava o currículo e o planejamento educacional, não deixando que a educação fosse um caminho para a transformação do sujeito. Saul (2001).

Fruto da modernidade e do capitalismo, a escola é uma instituição educativa, onde se instrui, forma e ensina conhecimentos e comportamentos. Trazendo em seu ofício a característica de um lugar de interações comunicativas e trocas de saberes durante o processo social de aprendizagem. A mesma através da didática, do currículo e do planejamento, desenvolve suas finalidades, tendo em vista os sujeitos que ensinam e aprendem ao mesmo tempo, formando assim, um corpo com o objetivo de gerar conhecimento, autonomia, e experiência.

Historicamente, os problemas ambientais se originaram a partir do acúmulo demográfico nos centros urbanos, “[...] onde moravam algumas famílias, consumindo escassa quantidade de água e produzindo poucos detritos, agora moram milhões de famílias, exigindo a manutenção de imensos mananciais e gerando milhares de toneladas de lixo por dia”. (PCN’s MEIO AMBIENTE. 2000 p. 174) A migração de grandes massas populacionais, do campo para a cidade provocaram o aumento populacional urbano e conseqüentemente uma maior demanda de problemas ambientais. É preciso compreender também que mesmo que a grande quantidade de lixo seja um problema ambiental sério, as questões ambientais não se resumem a isso, pois “a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global. (PCN’s do Meio Ambiente, 2002,p. 187)

Porém, de acordo com uma pesquisa realizada pelas Universidades UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná e UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, na qual foram analisadas 15 turmas de diferentes cursos, das quais 9 possuíam em sua grade curricular a disciplina Educação Ambiental, sobre a atitude dos acadêmicos em relação as questões ambientais que objetivavam responder o questionamento: A percepção ambiental estava associada ao grau de educação ambiental que a pessoa recebe? A referida pesquisa chegou a conclusão de que as influencias e conscientizações relativas a escolha de produtos, marcas e forma com que eram descartados os produtos, por parte dos entrevistados, estava ligada a informações que eles recebiam dos meios de comunicação, e, mesmo os estudantes que não possuíam a referida disciplina, enquanto grade curricular, apresentaram o mesmo conhecimento, tendo a escola pouca ou quase nada de influência nesse aspecto. (BRANDALISE, et al. 2009).

A conclusão a que chegou essa pesquisa nos leva a questionar a maneira com que a educação ambiental vem sendo tratada no ambiente escolar. As relevâncias que possuem no corpo das disciplinas, os problemas do meio ambiente e mais importante, o motivo de os acadêmicos não apresentarem diferença em seu aprendizado sobre a EA em relação aos que não possuíam a disciplina na grade curricular. E nos remete também a um dos Aparelhos Ideológicos do Estado, a informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.). Arruda (2002). O Estado também pode usar os meios de comunicação para levar informações sobre o meio ambiente

para a população, contribuindo com a formação de cidadãos críticos, isso seria permitir ao homem “[...] ser o sujeito de sua própria educação [...]” (FREIRE, 1979, p. 28) o que é o contrário do objetivo elitista, pois a educação também constitui-se um objeto de poder.

Ainda que conste no currículo escolar o trabalho pedagógico sobre a educação ambiental isso não nos garante que sua relação com o meio ambiente seja consciente, pois:

Os alunos podem ter nota 10 nas provas, mas, ainda assim, jogar lixo na rua, pescar peixes-fêmeas prontas para reproduzir, atear fogo no mato indiscriminadamente, ou realizar outro tipo de ação danosa, seja por não perceberem a extensão dessas ações ou por não se sentirem responsáveis pelo mundo em que vivem (PCN: MEIO AMBIENTE, 1997, p. 169).

O que pretendemos dizer com isso é que, quando falamos insistentemente que a Educação Ambiental precisa ser crítica, consciente e política, é que “[...] não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem – realidade. (FREIRE, 1979, p.17) ” o trabalho da educação está em instigar o homem ao questionamento, a reflexão, a criticar suas próprias concepções de mundo, exercitando sua capacidade de aceitar ou não as imposições e costumes colocadas pela sociedade à sua vida, assim, “O grande problema que se coloca ao educando ou ao educador de opção democrática é como trabalhar no sentido de fazer possível que a necessidade do limite seja assumida eticamente pela liberdade” (FREIRE, 1996, p.103).

Considerações finais

Portanto, identificamos que a prática educativa precisa estar envolvida na construção do conhecimento do estudante enquanto autor de seu aprendizado e voltada para uma formação dialógica, portanto, transformadora. A educação inspira as relações de aprendizado entre educandos e educadores, como indica Paulo Freire, de maneira que é preciso uma análise da prática de ensino descentralizada.

A Educação Ambiental, enquanto tema transversal, precisa estar articulada a outras disciplinas, mas também levar em consideração a realidade da comunidade em que a escola encontra-se inserida, como mostra o PCN do Meio Ambiente, os problemas vividos na comunidade, estão inseridos em problemas compartilhados globalmente. Surge então a necessidade de a educação partir de um currículo, com prática emancipatória para que o estudante possa avaliar seu comportamento em relação ao meio ambiente de forma crítica, refletindo suas ações diante dos problemas ambientais, pesquisando soluções para os problemas comunitários e avaliando-os sempre em uma perspectiva global. Porque conhecimento gera reflexão que gera ação e toda ação adotada pelo homem reflete um ato político uma forma de pensar o mundo.

Pensar currículo é pensar política e o currículo de educação ambiental necessita estar vívido em todos os tipos de instituições, seja ela religiosa, familiar, social, e escolar. Precisa envolver discussões para melhorias em favor das relações humanas com o mundo. Tornar o homem um ser participativo nas decisões sociais. Mesmo que isso pareça utópico, pois sabemos a condição de oprimido e opressor que o

sistema capitalista nos remete, em se tratando do setor privado, e das questões ambientais ainda temos um difícil caminho a ser tratado, pois se de um lado a educação ambiental inspira a necessidade de reflexão que gera ação, de outro lado estamos vivendo em um mundo cada vez mais capitalista, o jogo de interesse e poder é parece ir de encontro as ações ocasionadas pela necessidade de um comportamento sustentável.

Diante disso, a escola está apresentando a Educação Ambiental de forma a desenvolver os objetivos gerados na carta de Belgrado e de Tibilisi, em toda a sua amplitude ou apenas parcialmente, para evitar o desenvolvimento da reflexão e de uma ação consciente do homem, evitando assim, cobranças da classe consumidora à classe burguesa?

Deste modo, compreendemos que a discussão da Educação Ambiental (EA) no desenvolvimento curricular na perspectiva política, deve-se a reflexão das questões ambientais, que implicam um novo comportamento diante da realidade ambiental do planeta. A escola através da didática, do currículo e do planejamento em sua relevância é aquela que proporciona trabalhar de forma interdisciplinar a EA. Portanto Neste contexto, a abordagem ambiental exigirá um novo educador e uma nova abordagem metodológica, bem como, encaminha outra concepção de educação dentro da vertente pedagógica histórico-cultural.

A dimensão ambiental leva consigo a possibilidade de uma compreensão crítica do conhecimento científico que só é possível a partir de uma Prática Coletiva-Interdisciplinar. Este é o pressuposto fundamental para que a educação passe a ser considerada ambiental.

Assim sendo, a educação ambiental não é mais uma área do conhecimento com fundamentos próprios, mas sim informações que perpassam todos os conhecimentos, rompendo paradigmas, se transformando em perspectiva de vida.

Referências

- ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. 2. ed. Editora Moderna Ltda. São Paulo: 2002.
- BRANDALISE, L. T. et al. **A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental**. Prod., São Carlos, v.16. n.2, p. 273-285, abril-jun. 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- CABRERA, L. C.. **Afinal, o que é sustentabilidade?** Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_474382.shtml> Acessado em: 10/05/14
- CARVALHO, G. L. de. **O currículo na educação brasileira: Análises Aproximativas**. Universidade do Estado do Amazonas. Amazonas: 2012.
- CASSINI, S. T. **Ecologia: conceitos fundamentais**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=conceito+de+ecologia&oq=conceito+de+ecologia&aqs=chrome..69j57j0l5.6972j0j8&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8> Acessado em: 08/05/2014.

COSTA, L. G. **A autonomia na construção do currículo como fundamento para repensar a formação do (a) professor (a)**. Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Amazonas.

DIAS, G. F. Educação Ambiental princípios e práticas. In: TANNOUS, S.; GARCIA, A. **Histórico e evolução ambiental, através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente**. 2008. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Augusto%20Fachin/Mis%20documentos/Downloads/nucleus%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20Simone.pdf>

DIAS, G. F. Recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos Países e Membros. Os Grandes Eventos Sobre Educação Ambiental. **Educação Ambiental: Princípio e Prática**. 8. ed. São Paulo: Gaia. 2003.

FREIRE, P. **A Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 21ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e Mudança**. 27. ed. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro. 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro. 1987.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental da educação**. 11. ed. Papyrus. São Paulo: 2013.

LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2. ed. Editora Saraiva. São Paulo: 2008.

LOPES, A. C. Políticas Curriculares: Continuidade ou Mudança de Rumos? Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**. Maio/Jun/Jul/Ago. n.26. Rio de Janeiro: 2004.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e a prática de Avaliação e reformulação de currículo**. 6. ed. São Paulo: Cortez: 2001.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma política educacional**. 4. ed. São Paulo. 2002.